O Espaço Rural Fluminense em Transformação

Gláucio Jose Marafon
Instituto de Geografia UERJ
glauciomarafon@hotmail.com

Introdução

A análise das atuais transformações no campo brasileiro torna-se fundamental, pois, o campo, além de desempenhar as funções tradicionais de fornecer mão-de-obra para a cidade, matérias primas e consumir produtos oriundos da cidade abriga, cada vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais. Há que se destacar o contínuo processo de migração da cidade para o campo, pois as pessoas buscam sua inserção no mercado de trabalho e uma melhor qualidade de vida. O campo além de ser o local da produção agropecuária, transforma-se em um espaço, no qual inúmeras atividades não agrícolas são efetuadas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros, etc.

O espaço rural torna-se fortemente marcado pelo conteúdo de técnica e capital, representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, que correspondem ao espaço de produção agrícola, o qual é fruto da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura. Neste contexto, o espaço rural da produção familiar é fortemente marcado pelas atividades não agrícolas, que valorizam o patrimônio natural e histórico. Como o espaço da produção familiar não apresenta uma modernização nos mesmos moldes do agronegócio, ainda existem áreas preservadas relacionadas à natureza e ao processo de ocupação (vegetação, rios, monumentos históricos, etc.), além de possibilitarem a prática de uma agricultura pautada nos princípios da agroecologia. A valorização desses aspectos possibilita a prática de atividades não-agrícolas nessas áreas. Essas práticas constituem uma produção alternativa ao modelo dominante do agronegócio, cujo objetivo é construir novas bases agroecológicas e sustentáveis que incentivem o fluxo de pessoas

oriundas da cidade, sejam turistas ou residentes, em busca de tranqüilidade e qualidade de vida.

Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e impressão de marcas fortes na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização temos hoje novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. A presença de uma enorme diversidade de atividades que se encontram no campo decorre da ação dos pequenos produtores, que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e que, de forma criativa, traçam suas estratégias para sobreviver. Há também no campo muito sujeitos sociais como os grandes proprietários, os assalariados, os pequenos proprietários, os parceiros, os trabalhadores volantes, os sem-terra e a sua luta pelo acesso à terra. Tais sujeitos materializam no espaço rural, com o seu trabalho, uma ampla diversidade de objetos, elementos e situações que tornam o campo um espaço bastante complexo.

Soma-se a essa complexidade de situações, a presença de pessoas oriundas da cidade, que muitas vezes desempenham outras atividades que não a agrícola.

Esse crescimento de atividades não agrícolas é decorrente do desenvolvimento tecnológico representado pela melhoria e expansão das vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte. Surgem, portanto, novas relações campo-cidade, alterando a vida e o trabalho, influenciando, inclusive, a atuação dos movimentos sociais do campo que lutam pelo acesso à terra no país.

Assim, mostramos a complexidade do espaço rural decorrente das profundas transformações ocorridas recentemente e sua subordinação aos interesses da cidade, buscando compreender essas relações e como os movimentos sociais presentes no campo estabelece estratégias, nas suas relações com o Estado, para que um maior número de trabalhadores rurais passem à condição de produtores rurais. Propomos, neste ensaio, desvendar algumas características presentes no espaço rural brasileiro e como foram alteradas as relações campo cidade.

Relações campo x cidade: o espaço rural em perspectiva

Inicialmente, é importante assinalar a dificuldade que encontramos, na atualidade, em trabalhar e precisar a noção do que seria o espaço rural, e isso pode ser constatado no grande número de trabalhos que procuram refletir sobre as relações campo-cidade no Brasil contemporâneo. Muitas vezes, esses trabalhos geram polêmicas em virtude, sobretudo, de uma abordagem restrita à legislação que determina o que é urbano no Brasil. São as municipalidades, por meio da lei municipal, que na realidade determinam seu perímetro urbano, consequentemente, o espaço rural surge por exclusão. Assim, tudo o que não é urbano é considerado rural. Todavia, devemos pensar o espaço rural com sua complexidade atual em um mundo globalizado, que apresenta uma perspectiva transescalar (local, regional, nacional e internacional) dos fenômenos e, devido às conquistas tecnológicas cada vez mais intensas há significativas transformações no território. O papel da ciência e da informação é significativo para entender também o setor agropecuário na atualidade. Pensar o espaço rural requer uma reflexão consistente, a partir da Geografia e de seus conceitos fundamentais, aliados a um conhecimento empírico da realidade (o papel dos trabalhos de campo em geografia). Isso requer pensar com rigor teórico-metodológico as transformações que estão em curso no espaço rural brasileiro.

Nesse sentido, precisamos, em primeiro lugar, explicitar o que entendemos por espaço rural a fim de balizarmos as discussões sobre as transformações em curso no campo brasileiro, fortemente marcado pelo agronegócio de bases modernas e biotecnológicas e pela produção familiar, com sua enorme gama de variações no território brasileiro, seja pelos níveis tecnológicos diferenciados, pelas estratégias de sobrevivência para se manterem no campo ou pela força dos movimentos sociais na luta pelo acesso à terra.

Face ao exposto nos perguntamos, qual imagem vem a nossa mente quando pensamos em espaço rural, espaço de produção agrícola e pecuária, florestas, campos, espaço de turismo, de segunda residência, áreas menos modernas ou mais modernas? Quais os problemas associados ao espaço rural?

Michel Woods (2005) sinaliza a existência de quatro amplas abordagens utilizadas para caracterizar o espaço rural. A primeira delas remete à descrição, para a distinção geográfica entre áreas urbanas e rurais, baseando-se nas características socioespaciais, expressas por meio de dados estatísticos; a segunda está atrelada aos aspectos socioculturais e procura identificar os territórios rurais por meio de tais características, com a distinção entre os aspectos das sociedades urbanas e rurais; a terceira, considera o rural como local, ou seja, em como as estruturas locais interagem com os processos econômicos e sociais globais; e, por fim, o rural é tomado como representação social, que privilegia, na abordagem, os símbolos, ou seja, os sinais e imagens pessoais que surgem quando os indivíduos pensam sobre o rural. A ruralidade aparece como um estado de espírito, como uma identificação com o espaço rural. O rural não está apenas associado às estatísticas, ele é caracterizado pelas pessoas que nele vivem e pelo modo como elas se sentem habitando nesse espaço.

Dessa forma, o rural emerge como um espaço híbrido, que apresenta um complexo jogo de inter-relações com agentes naturais e sociais e uma grande diversidade e dinamismo. No campo, são inúmeras as interações espaciais e redes geográficas, formadas pelas empresas que integram os complexos agroindustriais, compostos por atores heterogêneos, como empresas, produtores rurais, turistas. Esses atores encontram-se associados a uma gama variada de caminhos, sobretudo com a valorização do patrimônio natural, histórico ou cultural.

Se admitirmos a possibilidade, no período atual, do hibridismo para a caracterização do espaço rural, devemos tentar elencar algumas de suas características. De acordo com Kayser, 1996, Diry 2004, Woods, 2005, Ferrão, 2000, o espaço rural apresenta baixa densidade populacional, predomínio da atividade agrosilvopastoril (produção agropecuária e florestal), modo de vida de seus habitantes caracterizados pelo pertencimento às coletividades e uma identidade fortemente marcada pela cultura camponesa. Porém, essas não são as únicas características presentes nesse espaço, temos as atividades não agrícolas e ligadas à indústria, comercio e serviços, próximas às aglomerações urbanas.

Devemos também, nessa reflexão, ponderar sobre o papel do meio natural, o papel da técnica, da herança histórica e da tradição e sobre o papel das grandes corporações, que articulam o local e o global. É necessário também analisar quais são suas funções e como agem as grandes empresas, em nível global e local e como suas estratégias globais são estabelecidas localmente.

Concordamos com Jean (2007), quando afirma que, na atualidade, o espaço rural não se reduz unicamente à atividade agrícola. A agricultura não corresponde ao foco estruturante do espaço rural, pois este apresenta novas relações como, por exemplo, o crescimento do contingente populacional em busca de vantagens comparativas, seja por meio de empregos não agrícolas (vinculados ao setor industrial ou de serviços), seja na busca de espaços residenciais. Assim, o espaço rural de uma função predominantemente agrícola passa a apresentar outras funções. Para Jean (2007), assistimos ao renascimento do rural e de suas várias funções, fato que ocorre também no espaço rural brasileiro.

Destarte, como caracterizar o espaço rural brasileiro em suas múltiplas funções? Com atividades agrícolas e não agrícolas? Podemos iniciar caracterizando o campo brasileiro a partir de suas grandes marcas como os complexos agroindustriais, a produção familiar, a luta pela terra e como se estabelecem as relações com a cidade.

A expansão dos complexos agroindustriais (CAIs) ocorreu devido à incorporação de vastas extensões de terra, no caso da soja e das cadeias produtivas de origem histórica como o café, o algodão, a pecuária bovina, com a utilização de tecnologia, da mecanização da produção, prioritariamente voltada para a exportação. Os complexos agroindustriais são formados a partir da introdução da lógica capitalista no campo, capaz de transformar a produção agrícola em agronegócio (industrialização da agricultura). Foram incorporados ao processo produtivo, tratores, colheitadeiras, produtos químicos e sementes selecionadas, cuja produção foi orientada para uma demanda de origem urbana e industrial. Esse é o caso da produção de soja, laranja, café, cana de açúcar, entre outros produtos.

As noções de complexo agroindustrial, em suas conexões e interações espaciais, formam uma rede que possibilita a produção em bases modernas,

pois, na atualidade, as empresas estabelecem conexões no território, de forma a atuarem em todas as áreas de produção e comercialização dos produtos agrícolas. Nesse processo de expansão dos complexos agroindustriais no território brasileiro, não podemos esquecer do papel do Estado, fundamental, para o financiamento da produção de pesquisa e para a implantação de uma logística no território, que permitiu a realização e circulação da produção. Como afirma Moreira (2005), a noção de complexo agroindustrial estimula a fusão campo-cidade, pois os setores econômicos compõem um único complexo, reorientando a divisão territorial do trabalho.

De acordo com Rua et al (1993, p.111),

> O fundamental é lembrar que a agricultura esta oligopolizada nos CAIs e que mesmo uma pequena produção pouco tecnificada necessita, de alguma maneira, de crédito (bancários ou particulares) para assegurar a manutenção da produção familiar e, dessa maneira, acabar por se integrar aos CAIs, pois, além da dependência financeira, depende de mecanismos de comercialização, assistência etc. (...) A constituição dos CAIs e a industrialização da agricultura passam a definir o ritmo da produção, as formas técnicas de produzir e as relações sociais que passam a vigorar no campo brasileiro.

Assim, a produção agrícola brasileira, beneficiada pelas linhas de crédito, destinada, principalmente, ao mercado externo e integrada às grandes empresas internacionais, foi se expandindo e ocupando grandes áreas de terra, uma forma imposta de gestão de produção e comercialização de alimentos em escala mundial, conforme afirma Achkar (2007).

Entretanto, além da produção moderna e integrada aos mercados globalizados, temos também a presença expressiva da produção de base familiar no meio rural brasileiro. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar. Esse fenômeno é denominado pluriatividade. Ele se expandiu, entre outros fatores, devido à revalorização do mundo rural nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar. Acredita-se hoje que a pluriatividade pode elevar a renda no meio rural, diversificar as fontes de renda, contribuir para a geração de empregos, reduzir a migração campo – cidade.

Entre as atividades não agrícolas presentes no campo, na atualidade, merecem destaque as atividades turísticas, devido à proliferação de áreas de lazer no meio rural.

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural está associado ao processo de urbanização e ao transbordamento do espaço urbano para o espaço rural (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Para esse autor, “novas” formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas, moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazenda-hotéis, pesque-pague etc.). Destacam-se, nesse contexto um conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc). Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades associadas aos setores secundários (etapas da produção industrial) e terciárias (atividades turísticas) no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

Para Rua (2007), o espaço rural, há algum tempo, vem sendo percebido como terra mercadoria capaz de gerar outras mercadorias. Surgem novas territorialidades resultantes da interação campo-cidade. Essa hibridez está presente nas diversas formas de ocupação que encontramos no campo e está associada às atividades rurais. Ainda segundo o autor, existem duas vertentes da teoria social crítica que analisam as relações entre o urbano e o rural. Uma procura trabalhar com a noção de urbanização do rural, com a incorporação do rural ao urbano, associada à idéia de um “continuum”, ou seja, haveria graus distintos de urbanização do território. Outra, que postula a urbanização no rural e entende a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo com a impactação do urbano.

Essas reflexões servem para pensar a relação campo x cidade, uma vez que legalmente a regulamentação do que é urbano no país está atrelada à legislação. Conforme mostram Correa, Correa e Gerardi (2001), o poder de decisão sobre o que é urbano reside na esfera municipal, que, muitas vezes, impõe aos moradores do campo a cobrança de IPTU.

Nesse sentido, concordamos com Ferrão (2000) ao sinalizar que, na atualidade, deveremos levar em consideração que o espaço rural não é somente agrícola. Rompe-se deliberadamente e explicitamente com dois elementos secularmente associados ao rural: sua função principal não é mais, necessariamente, a produção de alimentos e nem a atividade predominante é a agrícola, reforçando assim a noção de hibridez do espaço rural. A dimensão não-agrícola vem aumentando, muitas vezes, associada à noção de patrimônio, com a renaturalização da paisagem. Enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade. Dessa forma, há a mercantilização das paisagens, com a consequente expansão das atividades de turismo e de lazer.

Assim, nós, que aprofundamos nossas investigações pelo viés do espaço rural, devemos pensar o espaço rural brasileiro como híbrido, com múltiplas funções, com a presença dos complexos agroindustriais, da produção familiar, das atividades não agrícolas, de agricultores e não agricultores, que interagem e criam conexões e interações espaciais. Esses sujeitos participam de redes complexas e imprimem uma marca ao espaço rural.

As fronteiras entre o urbano e rural ficam cada vez mais difusas e complementares. O grande desafio é o de investigar e contribuir com o debate sobre as transformações socioespaciais em curso no campo brasileiro.

Relações campo – cidade: uma leitura a partir do espaço rural fluminense

O Estado do Rio de Janeiro é o segundo polo industrial do Brasil, produz cerca de 71% do petróleo nacional, também é o maior produtor de gás natural do país. Além disso, sua produção de pescado é significativa assim como a olericultura, horticultura e produção de leite. A sua paisagem natural é bastante diversificada, porém bastante degradada devido às atividades socioeconômicas vivenciadas pelo Estado. Corresponde ao Estado mais urbanizado do país, com 95% de sua população vivendo em áreas urbanas. De acordo com Rua (2007), o território fluminense é marcado por eixos de urbanização, nos quais

ocorre uma urbanização mais densa, percebemos assim uma redistribuição populacional e das atividades produtivas (Limonad, 1996).

O Estado apresenta muitos problemas em relação ao meio rural. A vasta concentração de população, de renda, de poupança, de condições de desenvolvimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro gerou um forte desequilíbrio inter-regional, com exclusão política e social de parte da população do interior (MOREIRA, 2001). Segundo os resultados do Censo Demográfico 2000 (IBGE), aproximadamente 10.871.960 indivíduos residem nos limites da área metropolitana, correspondendo a 75,6% da população estadual. Constituída por vinte municípios, a Região Metropolitana ainda se mantém como um marco polarizador de recursos (RIBEIRO, 2002).

Apesar da enorme concentração da população fluminense em sua Região Metropolitana, surgiram nos anos 1990 algumas mudanças em relação à dinâmica demográfica do Estado do Rio de Janeiro. A mais importante refere-se à simultaneidade de um movimento tendente à despolarização espacial, com a emergência de novos centros de porte médio no interior do Estado, e de outro, em sentido inverso, de consolidação dos centros urbanos metropolitanos (SANTOS, 2003). Apesar da expansão demográfica, nas bordas metropolitanas, manifestar-se desde, pelo menos, a década de 1950, esse movimento não implicou uma desconcentração da população em direção ao interior, resultando no aumento do número das cidades médias, que eram 10 em 1980, e passaram para 17 em 2000. Destas, 10 localizam-se fora da Região Metropolitana (SANTOS, 2003).

Rua (2002, p. 47-48) assinala que no Estado do Rio de Janeiro “prevalece a projeção da metrópole carioca que intensifica o processo de urbanização” e essa intensa urbanização marca intensamente o território fluminense nas “dimensões política, cultural, comportamental, econômica, em que o significado dessa área urbana torna-se esmagador”. O Interior Fluminense vem se destacando, não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado como orgânicos, ervas-finas, leite de cabra, trutas etc), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, com a proliferação de hotéis-fazenda, pousadas, *spas* e casas de segunda residência.

De acordo com Ribeiro (2002, p. 21), apesar do estado do Rio de Janeiro apresentar baixos totais, em relação aos totais nacionais, quanto às variáveis: pessoal ocupado, valor da produção, quantidade colhida e modernização; o seu quadro agrário apresenta relevância e contrastes no âmbito estadual. Estes contrastes são decorrentes de uma agropecuária tradicional, que domina a maior porção do território fluminense, diante de outra de caráter moderno. De um lado, produtos tradicionais, exemplificados pela cana-de-açúcar, além de cultivos de subsistência; do outro, culturas que requerem técnicas aprimoradas, como o tomate, a horticultura, a fruticultura e a olericultura, marcando o Cinturão Verde da metrópole, nos municípios integrantes das Regiões Serrana, Centro-Sul, e Noroeste Fluminense.

Os agricultores familiares, em grande maioria, passam por uma grave crise devido à concentração de renda e à falta de políticas agrícolas efetivas. As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do Estado do Rio de Janeiro (representam 11,5% dos estabelecimentos e ocupam uma área de 67,7% dos mesmos), tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do País. Entretanto, após encerrar os ciclos fluminenses de exportação de açúcar, e café (respectivamente 1900-1930 e 1970-1980), a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a caracterizar-se pela falta de dinamismo das atividades agrárias nela desenvolvidas, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribuiu para que extensas áreas do Estado apresentassem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras, podendo-se mencionar o Vale do Paraíba, onde predomina a pecuária bovina caracterizada por índices muito baixos de produtividade.

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários – bastante numerosos – têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso dos pequenos proprietários fornecedores de leite às Cooperativas do Noroeste Fluminense, do Médio Vale e Centro Sul Fluminense, os quais, embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo e limitações

quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração. Em outros casos, como na Região Serrana, onde há o predomínio da produção de hortigranjeiros em pequenas propriedades, a pluriatividade é adotada como alternativa de fonte de renda pelos agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não-agrícolas (como caseiros, motoristas, empregados domésticos, fiscais de rodovia etc) nas casas de veraneio, nos hotéis e para as prefeituras da Região.

Constata-se que, em território fluminense, as transformações no espaço rural, como a prática do turismo rural e a disseminação de empregos não-agrícolas encontram-se associadas ao intenso processo de urbanização, e que pode ser sintetizadas da seguinte forma: eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a Região da Bahia da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, na qual se destacam as atividades de turismo, que têm provocado imensas transformações, com apelo intenso para o turismo de praia, histórico e ecológico. Esta região concentra, em seu território, grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas a Ilha Grande), cidades históricas como Paraty. Grande parte do território integra áreas de proteção ambiental, o que inibe a prática de atividades agrícolas. A intensa ocupação por grandes hotéis de luxo e condomínios fechados provoca especulação imobiliária, expulsando os produtores familiares de suas terras. A eles, resta inserir-se no mercado de trabalho urbano ou dedicar-se à prática da agricultura extrativista, com a exploração da banana e do palmito, assessorados por técnicos governamentais da EMATER e IBAMA e exercerem atividades não-agrícolas, trabalhando nos hotéis e condomínio. Outro eixo que tem no turismo um forte vetor de crescimento é o que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol). Observa-se um intenso crescimento de turismo de massa em direção ao litoral norte do Rio de Janeiro, provocando uma intensa urbanização e a proliferação de segundas residências, o que levou ao fracionamento da terra e à expulsão das atividades agropecuárias para a criação de loteamentos e condomínios. A presença da Petrobrás em Macaé representa na constatação de Rua (2002 p. 48), “uma avassaladora especulação imobiliária com profundas marcas de segregação socioespacial”.

Outro eixo de urbanização é o que ocorre no “topo da serra” (Rua, 2002) e os principais representantes desse eixo são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, que abastece a RMRJ. Apresenta também um tradicional e significativo polo industrial (com destaque para a moda íntima), além da presença de inúmeros sitos de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, spas, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região. Corresponde a uma área de turismo alternativa ao turismo de praia da Costa Verde e do Sol. Nessa área, ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiares, centrada em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra-familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na grande maioria das vezes, ficam à mercê dos atravessadores que controlam o processo de comercialização da produção. Produzem alface, brócolis, couve-flor, tomate etc e apresentam baixo rendimento em suas atividades agrícolas. Para a complementação da renda familiar, se inserem no mercado de trabalho não-agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas das cidades da região. Essa área também produz orgânicos e hidropônicos, para um mercado consumidor restrito à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

As Regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribuem com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, mas apresenta, como marca na paisagem, a atividade cafeeira, com presença das grandes casas nas sedes das fazendas, o que levou os municípios da área a organizarem o “Festival do Vale do Café”, porém não apresenta interatividade com os produtores familiares, que continuam a buscar sua complementação de renda nas indústrias da região, que concentram um grande número de empresas do setor metal-mecânico.

As Regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da Área Metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás (e seus *royalties)*, que proporciona empregos também para os agricultores dessas regiões. O estabelecimento de um roteiro

turístico associado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas.

A intensa urbanização e expansão da metropolização auxiliaram a acirrar as particularidades e as singuliradades presentes no espaço rural fluminense e a acirrar os conflitos fundiários no estado. Temos assim um espaço rural em transformação, que na afirmação de Rua (2002:24) encontra-se com a presença de "urbanidades no rural, que seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos", mas que não se contrapõe à ruralidade, é entendida como "um modo particular de utilização do espaço e da vida social" (MOREIRA, 2005:21).

Considerações finais

No espaço rural, observam-se inúmeras atividades: as agrícolas, com a produção de matérias primas para indústria, a produção de alimentos, a presença de assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais; e as não agrícolas, como a localização de indústrias, a procura de áreas com a natureza preservada para a construção de residências, de hotéis e pousadas, que geram a necessidade de mão-de-obra e proporcionando a possibilidade de empregos e de aumento da renda familiar aos produtores rurais residentes. O aumento dessas atividades não agrícolas está associado à implementação, pelo poder publico, da infra-estrutura de transporte e de comunicação, que permite a circulação dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações e capital.

A maior parte das mudanças corresponde ao espaço rural não incorpora a produção dos complexos agroindustriais e, em sua grande maioria, corresponde à produção familiar em pequena propriedade. É nesse espaço não incorporado ao modelo hegemônico que ocorrem as maiores transformações, pois a procura por áreas que apresentam preservação da natureza e que podem ser transformados em áreas de lazer, com a construção de sítios de final de semana, hotéis e pousadas atraem populações das áreas urbanas e proporcionam empregos aos pequenos produtores rurais. Tal fato oferece-lhes a possibilidade de exercer outras atividades, que não somente as agrícolas. São nesses espaços que também ocorrem o incentivo às práticas agroecológicas e alternativas, em detrimento da forma de produção

tradicionalmente efetuada nas médias e grandes propriedades. Esses locais correspondem ao espaço rural revalorizado em decorrência da natureza mais preservada e que se torna uma mercadoria a ser consumida pelas populações, sobretudo de origem urbana.

A concentração fundiária que provoca a exclusão de milhares de brasileiros da terra, fomentando os movimentos sociais no campo, permanece presente no espaço rural fluminense. Mudam as relações entre o campo e a cidade, com a subordinação do campo à cidade, porém, ambos se integram como espaços de consumo. Permanecem e mudam os espaços da produção em base familiar, pois como afirma Monte-mór (2206, p. 7) "os campos, por sua vez, tão diversos entre si, garantem diversidade dentro de suas homogeneidades extensivas e escalas de produção quando tomados de forma abrangente. Contêm também processos de competição e cooperação, mesmo gerenciados pelas cidades e limitados pela auto-suficiência relativos que mantêm".

Referências:

ACHKAR, Marcel. *AGRONEGOCIOS. Nuevas modalidades de colonialismo em el cono sur de América Latina.* Montevideo:Redes, 2007.

CORREA, Josel Machado, CORREA; Walquiria & GERARDI, Lucia Helena. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da Ilha de Santa Catarina. *Geografia.* Rio Claro, Vo. 26(1):37-58, abril de 2001.

DIRY, Jean-Paul. *Les espaces ruraux.* 2ª edition. Paris:Armand Collin. 2004.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorgaznização do espaço agrário nacional. IN: MARAFON, Gláucio, RUA, João & RIBEIRO, Miguel Ângelo (org.) *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.* Rio de Janeiro:Eduerj, 2007, p. 49-66.

FERRÃO, João. Relações renter o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro. *EURE* (Santiago) v. 26 n. 78 Santiago set. 2000.

GUANZAROLI, Carlos Enrique. Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: uma polêmica. *Texto para discussão 233.* UFF/Economia. Março de 2008

GRAZIANO DA SILVA, Jose. *A nova dinâmica da agricultura brasileira.* Campinas:Editora UNICAP, 1998.

JEAN, Yves. *Géographies de L"école rurale. Acteurs, réseaux, territories.* Paris:Éditions Ophrys, 2007.

KAYSER, Bernard. *Ils ont choisi la campagne.* France:editions de l"Aube.

MOREIRA, Ruy. Uma Análise Crítica do Modelo de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Ruy et al. *Anais do Seminário.* Niterói: EDUFF, 2001. p. 127-132.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e Globalização: ensaiando uma interpretação. IN: MOREIRA, Roberto José (org.) *Identidades Sociais: ruralidades no Brasil Contemporâneo.* Rio de Janeiro:DP&A, 2005, p. 15-40.

MOREIRA, Ruy. Uma Análise Crítica do Modelo de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Ruy et al*. Anais do Seminário.* Niterói: EDUFF, 2001. p. 127-132.
MONTE-MÓR, Roberto Luis. *A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo.* II Seminário Internacional sobre desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul-RS, 28/09 a 01/10 de 2004. (cdrom).
MONTE-MÓR, Roberto Luis. O que é urbano no mundo contemporâneo. *Texto para discussão n°281.* Belo Horizonte:UFMG/CEDEPLAR, 2006. 14 p.
RIBEIRO, Miguel A. Considerações sobre o Espaço Fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (Org.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 208 p. p. 13-26.
RUA, João et al. *Para Ensinar Geografia.* Rio de Janeiro,RJ:Access Editora, 1993.
RUA, Joâo. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades**.** *Campo-território: Revista de Geografia Agrária,* Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: < www.campoterritório.ig.ufu.br>.
RUA, João. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. IN: *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária.* Rio de Janeiro:EDUERJ, 2007.
SANTOS, A. M. S. P. 2003. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade. IN: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & WHITAKER, Arthur Magon (org.) *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural.* São Paulo:Expressão Poular, 2006, p. 111-130.
WOODS, Michael. *Rural Geography.* London:SAGE. 2005.